



# BOLETIM DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

## IDSM



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



# ELABORAÇÃO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE

**LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA**

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

MINISTRA DE ESTADO

**ESTHER DWECK**

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

**CRISTINA KIOMI MORI**

SECRETÁRIO DE GESTÃO

**ROBERTO SEARA MACHADO POJO**

SECRETÁRIA DE GESTÃO ADJUNTA

**KATHYANA DANTAS MACHADO BUOFINA**

DEPARTAMENTO DE MODELOS ORGANIZACIONAIS

DIRETOR

**MARCOS SANTOS KROLL**

COORDENADOR-GERAL DE MODELOS DE GESTÃO

**EDUARDO MONTEIRO PASTORE**

GERENTE DE PROJETO

**LAERTE CLETO**

EQUIPE TÉCNICA:

**BYANNE RIGONATO; EDUARDO MONTEIRO PASTORE; IGOR COSTA ARSKY; JULIANA TOLEDO;  
LAERTE CLETO; MARCOS SANTOS KROLL; RAQUEL MARTINS REGO; SHEILA MARIA REIS  
RIBEIRO; SYLVIA HELENA FIGUEIREDO PRATA**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....

2. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

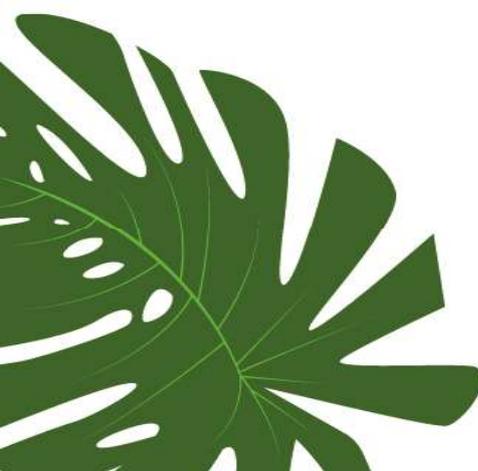
2.1. IDSM .....

2.1.1. BALANÇO ANCEIRA ..... 9

2.1.2. IDSM ..... 20

2.1.3. LICITAÇÃO E SUPERVISÃO DO CONTRATO ..... 31

2.1.4. ..... 37



## APRESENTAÇÃO

Organização social (OS) é um título concedido pela Administração Pública Federal a uma entidade privada sem fins lucrativos, selecionada e qualificada nos termos da Lei nº 9.637, de 1998, do Decreto nº 9.190, de 2017, e da Portaria nº 297, de 2019. O referido modelo de parceria social faz parte da estratégia de publicização de atividades sociais não exclusivas de Estado, cuja origem remonta ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995. Por publicização entende-se a transferência da execução de serviços e/ou atividades nas áreas de educação, cultura, pesquisa científica, saúde, meio ambiente, para o setor público não estatal, denominado terceiro setor. O Estado descentraliza a execução para a sociedade civil, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e de provedor ou promotor dos serviços sociais essenciais para o desenvolvimento. Como promotor desses serviços, o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade (Caderno MARE 2: 1998). O fomento estatal a entidades da sociedade civil, para o desenvolvimento de atividades e ou serviços não exclusivos de Estado, tem como pressuposto a diferença essencial entre mercado (lucrativo) e setor público não estatal, que não visa ao lucro (Kother, 2008, apud Calegare e Pereira, 2011:2).

Com o fim de promover o conhecimento e dar transparência sobre o referido modelo de parceria, a Secretaria

de Gestão e Inovação (SEGES) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) lança a primeira edição do Boletim OS, que reúne informações sobre propósito das parcerias, gestão e governança das entidades qualificadas e principais resultados alcançados. O estudo analítico-descritivo foi realizado pela equipe do Departamento de Modelos Organizacionais da SEGES-MGI, que utilizou como fontes de dados primários: os contratos de gestão e seus aditivos; relatórios de gestão semestrais e anuais das entidades qualificadas e respectivos relatórios de auditoria independente; os demonstrativos de fluxos de caixa, bem como os demonstrativos de resultados, publicados, anualmente, no Diário Oficial da União (DOU) e disponíveis no sítio oficial da Organização Social e do respectivo Órgão Supervisor; relatórios semestrais e anuais das respectivas comissões de avaliação do contrato de gestão, dentre outras referências. Para esse fim, foram selecionadas variáveis que buscam caracterizar a operacionalização do contrato de gestão e o desempenho das organizações sociais. O recorte adotado privilegia o aprendizado institucional e os resultados da parceria para o cidadão, procurando aprofundar as análises para além do aspecto orçamentário e financeiro.

O Boletim OS é uma síntese de dados e informações sobre: (I) caracterização da parceria e do objeto do contrato de gestão, plano de ação e beneficiários; (II) gestão financeira, estrutura das recei-

tas e das despesas e dinâmica de desembolso de recursos, no âmbito do contrato de gestão; (III) resultados da parceria vis a vis indicadores e metas pactuadas; (IV) governança, supervisão, avaliação e controle do contrato de gestão, e (V)

transparência e acesso às informações, no âmbito das parcerias. Essa primeira edição dedica-se à análise do período compreendido entre 2011 e 2019.

## 2. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM

A associação Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, tem por missão a realização de pesquisa científica para conservação da biodiversidade, por meio do manejo participativo e sustentável dos recursos naturais da Amazônia.

O Estatuto delimita, assim, o escopo de atuação da entidade: (i) desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que visem à conservação e, especialmente, à preservação de ecossistemas alagáveis; (ii) promover o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua, em articulação com as populações locais; (iii) arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão; (iv) promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais dos ecossistemas alagáveis; (v) realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica; (vi) proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos, para o sistema nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins; (vii) apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação do meio ambiente da Região Amazô-

nica; (viii) desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia; (ix) promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados à sua missão; e (x) promover inovação em tecnologia sustentável.

A articulação entre conhecimento tradicional testado e comprovado, e o conhecimento produzido com base nos princípios da pesquisa científica, constitui um dos pilares das ações do Instituto, visando criar e consolidar modelos de uso da biodiversidade replicáveis em outras partes da Amazônia, do Brasil e do exterior.

A experiência, que decorre de um bem-sucedido projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, obteve o reconhecimento pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Em seguida, a entidade foi qualificada como Organização Social, mediante o Decreto de 4 de julho de 1999, e firmou contrato de gestão, em 23 de março de 2001, tendo como objeto o fomento para execução de atividades de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e extensão, nas áreas de proteção ambiental, com manejo participativo.

As atividades abrangem as populações ribeirinhas tradicionais, no desenvolvimento de atividades de gestão de territórios especiais e de áreas protegidas, e no manejo sustentável de recursos naturais de importância econômica.

As atividades são intensivas em pesquisa sobre as formas de sustentabilidade do uso de espécies tradicionalmente exploradas na região. Os subsídios gerados por tais programas de pesquisas proporcionam a organização e implantação de cadeias produtivas de bens extrativos, baseadas, principal-

mente, em arranjos produtivos locais articulados. Dada a extensão territorial, as ações do IDSM têm como foco as florestas alagáveis, e, em especial, a várzea, por ser o ecossistema mais pressionado e mais ameaçado de todo o bioma da Amazônia.

## 2.1 PLANO DE AÇÃO

As ações do IDSM estruturam-se por macroprocessos, desde 2001, quando teve início a implementação do contrato de gestão, os quais se transformam à medida que a organização aperfeiçoa seus processos de gestão.

O planejamento do instituto foi realizado com aportes da metodologia adotada pelo Wildlife Conservation Society (WCS), que favoreceu a construção do modelo conceitual, para a planificação da conservação da biodiversidade das RDS Mamirauá e Amanã, contribuindo para uma melhor definição dos objetivos, dos alvos de conservação e das ameaças diretas e indiretas, por meio da identificação das cadeias causais para cada alvo de conservação, respectivas necessidades de intervenção e indicadores de monitoramento.

As ações do IDSM estão estruturadas em sete macroprocessos: 1) organização e mobilização para o manejo e gestão; 2) informação; 3) desenvolvimento de programas de manejo sustentado dos recursos naturais; 4) promoção da melhoria da qualidade de vida dos moradores e usuários; 5) pesquisas para a conservação da biodiversidade

e desenvolvimento social; 6) desenvolvimento institucional e 7) proteção da biodiversidade.

O primeiro Plano Diretor (2006-2010) delineou as estratégias institucionais, para produção de ciência e tecnologia para a conservação da biodiversidade e para a inclusão social das populações tradicionais, definindo as metas e diretrizes de ação do período de 2006 a 2009. O instrumento, dentre outros objetivos, visou consolidar a inserção do Instituto no cenário da ciência e tecnologia da Amazônia. O segundo Plano Diretor (2010-2015) foi concebido a partir da avaliação da experiência do plano anterior (2006-2010) e da discussão ampla dos membros da instituição, organizados em grupos temáticos, o qual foi consolidada pelo grupo gestor do IDSM.

As temáticas abordadas têm aderência aos eixos e prioridades da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI), que orientam as ações do MCTI, para o desenvolvimento em CT&I do país. Os objetivos estratégicos institucionais estão alinhados com a atual Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia

e Inovação (ENCTI 2016-2022). Dos onze temas estratégicos selecionados pela ENCTI 2016-2022, para o desenvolvimento, autonomia e soberania nacional, cinco são atendidos diretamente pelo Instituto Mamirauá (água, alimentos, biomas e bioeconomia, ciências e tecnologias sociais, clima), e dois indiretamente (energia e saúde).

Para o cumprimento dos objeti-

vos pactuados no contrato de gestão, o IDSM definiu um conjunto de diretrizes estratégicas (operacionais, administrati-vo-financeiras, de infraestrutura, de projetos estruturantes), que priorizam a implementação de pesquisas e instalação de infraestrutura, de recursos humanos, de recursos financeiros e de gestão organizacional apropriados.

## 2.2 BENEFICIÁRIOS

São beneficiários diretos dos produtos e serviços do Instituto Mamirauá: (i) a comunidade científica; (ii) a comunidade conservacionista e os manejadores de recursos naturais; e (iii) os grupos de interesse no uso dos recursos naturais renováveis, em especial as populações locais, que vivem nos domínios das florestas alagáveis, como as comunidades ribeirinhas. As Reservas de De-

senvolvimento Sustentável Mamirauá (RDMS), criadas pelo Decreto nº 12.836, de 9 de março de 1990, com área de 1.124.000,00ha; e Amanã (RDSA), criada pelo Decreto nº 19.021, de 4 de agosto de 1998, com área de 2.350.000,00ha, são unidades de conservação estaduais, localizadas no Estado do Amazonas, cuja população encontra-se assim distribuída:

XXXX	XXXX	XXXX
Total de organizações conectadas	369	800
Total de usuários estimado	760 mil	+ de 4 milhões

### 3. GESTÃO FINANCEIRA

Neste tópico, é analisada a composição financeira das receitas e despesas do IDSM, assim como o Patrimônio Social<sup>1</sup> da organização.

Compõem a estrutura financeira das organizações características do terceiro setor: receitas - constituídas a partir de recursos próprios, recursos geridos e/ou recursos investidos; e despesas - compostas pelas contas: despesa de custeio, despesa de pessoal e despesa de capital. A primeira, despesa de custeio, representa o que foi destinado ao pagamento de material de consumo, de serviços de terceiros e gastos com obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Despesa de pessoal refere-se à manutenção do quadro de pessoal da Organização Social. E a despesa de capital, ou de investimento, é referente ao planejamento e execução de obra, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

As Organizações Sociais têm suas

receitas compostas por duas grandes fontes de recursos: uma formada por recursos do contrato de gestão firmado com a União; e outra fonte de recursos captados extra contrato de gestão, por meio de convênios públicos e privados, prestação de serviços e parcerias estratégicas nacionais e internacionais.

O fomento reúne os recursos do órgão supervisor e do(s) interveniente(s) no CG. Os recursos provenientes de órgãos ou entidades da Administração Pública não intervenientes, que se destinam à execução eventual de atividades, no âmbito do contrato de gestão, são repassados ao órgão supervisor mediante Termo de Execução Descentralizada (TED), nos termos do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

O fomento público, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é disponibilizado mediante ação orçamentária específica, criada a partir de 2014 pela Secretaria do Orçamento Federal (SOF),

---

<sup>1</sup> Patrimônio Social é uma característica contábil típica do Terceiro Setor, ou seja, das entidades privadas sem fins lucrativos. Considera-se que o resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit) do exercício não é distribuído entre seus sócios ou associados, mas contabilizado na conta 'Patrimônio Social'. O Patrimônio Líquido possui duas contas, sendo uma delas o Patrimônio Social (não há capital social) e a outra Superávit ou Déficit que, após aprovada pelo Conselho de Administração, se soma ao Patrimônio Social. (Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/pl.htm>. Acessado em: 17/09/2020.)

qual seja a Ação 212H - Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais, em substituição ao repasse por meio de Ações Orçamentárias específicas<sup>2</sup>.

Os recursos são alocados pela Administração com base no planejamento plurianual do contrato de gestão. A organização social possui flexibilidade para gerir seu orçamento e para alocar os recursos do fomento de acordo com a demanda e o planejamento plurianual do contrato de gestão, independentemente de categorias custeio e investimento, com vistas à implementação do plano de trabalho.

Outro fator é a composição da Reserva Técnico-Financeira (RTF), mecanismo constituído para utilizar em situações limites decorrentes do contingenciamento de recursos, para fazer frente exclusivamente às despesas relacionadas aos objetivos e resultados pactuados no contrato de gestão, sejam elas:

- a) Custeio das atividades básicas;
- b) Pagamento de contratos ou direitos trabalhistas, em casos não previstos;
- c) Custeio da infraestrutura, de modo a assegurar a disponibilidade,

qualidade e capacidade de serviços essenciais de comunicação e colaboração;

- d) Outros gastos necessários ao alcance dos objetivos pactuados em contrato.

Para efeito de compreensão da dinâmica do financiamento público do contrato de gestão, será usada a seguinte classificação:

a) Recursos planejados: estão presentes nos planos de trabalho anexos ao contrato de gestão e em cláusula específica, que trata dos recursos financeiros e orçamentários. Fazem parte do planejamento tanto da entidade quanto do órgão supervisor.

b) Recursos aprovados: recursos orçamentários constantes dos termos aditivos ao contrato de gestão.

c) Recursos repassados: são os recursos financeiros efetivamente transferidos à Organização Social.

Recursos oriundos de emendas parlamentares correspondem ao orçamento impositivo e são contabilizados na ação 212H, nos termos dos arts. 62 a 68, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020<sup>3</sup>.

---

2 As Ações Orçamentárias utilizadas para repasse de recursos ao Instituto, até 2013, eram a 4188.0010 – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no IDSM e a 4188.0056 – Emenda Tefé-AM – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM.

3 Orçamento Impositivo das emendas individuais ou de bancadas trata de despesas discricionárias propostas pelo Poder Legislativo, não asseguradas por norma legal ou constitucional, não sendo obrigatório orçá-las e que estão sujeitas a contingenciamento. Contudo, há obrigatoriedade de execução pelo ordenador de despesas, nos termos dos arts. 62 a 68, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020. Vide Curso Processo Legislativo Orçamentário: Orçamento Impositivo.

### 3.1 ESTRUTURA DA RECEITA

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) possui regulamento financeiro para orientar e implementar suas políticas internas de gestão financeira. A premissa deste documento é orientar a tomada de decisão, por meio de relatórios gerenciais

e análise de necessidade de mudança de rota. Tal regulamento dispõe sobre: planejamento e controle de gastos; administração financeira; contabilidade; e controladoria composta pela auditoria interna e pela auditoria externa ou independente.

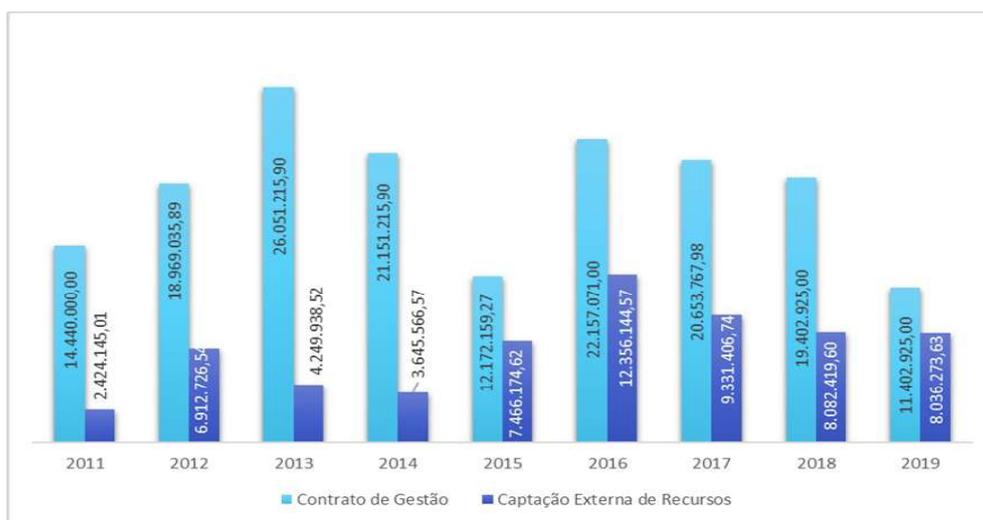
#### 3.1.1 CONTRATO DE GESTÃO (CG)

É obrigatória a contabilização dos recursos financeiros repassados de forma segregada de outras fontes, em conta bancária específica, evidenciando as receitas e despesas relacionadas ao contrato. Também é obrigatória a aplicação financeira desses recursos, enquanto não empregados, em caderneta

de poupança ou em fundo lastreado em títulos da dívida pública, devendo os resultados dessa aplicação reverterem exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão.

Abaixo, apresenta-se a composição da receita do IDSM, no período 2011 a 2019.

Gráfico 1: composição da receita do IDSM e sua evolução, no período de 2011 a 2019

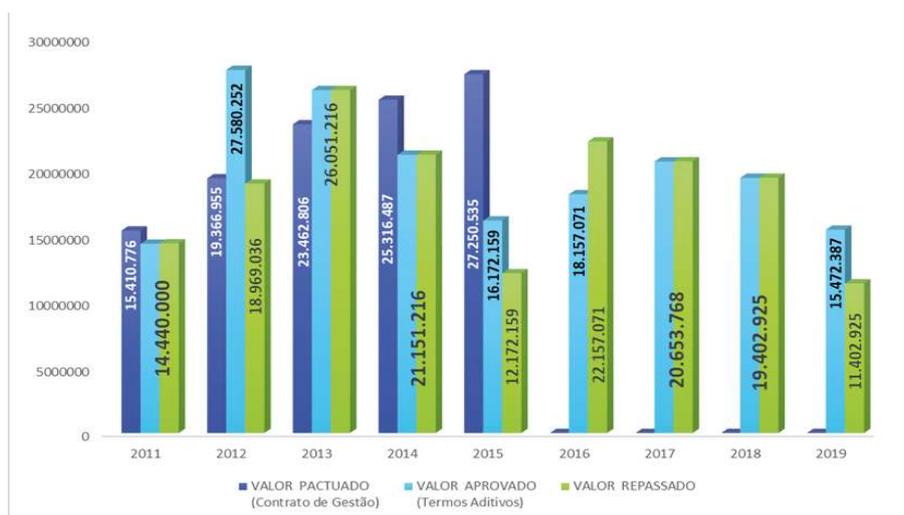


Fonte: Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria 2017-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2017-2019, disponível em <https://mamiraua.org.br/aceso-a-informacao>

As receitas do ISDM são compostas pelos recursos do fomento, repassados via contrato de gestão, e pela captação de recursos externos<sup>1</sup>. Na conta “recursos próprios”, são contabilizadas as doações. Além de contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo e a inserção dos comunitários locais nessas atividades, com vistas à geração de receitas próprias e ao desenvolvimento das comunidades regionais.

Em 2019, o volume de recursos repassados via contrato de gestão foi o mais baixo da série histórica analisada: R\$ 11.402.925 de reais. Em consequência, foram suspensos vários trabalhos de pesquisas e reduzido o quadro de pessoal. (Vide Relatório de Gestão Anual 2019: p 58).

Gráfico 2: Evolução da Receita do Contrato de Gestão do ISDM



Fontes: dados de 2011 a 2015 consignados no Contrato de Gestão. A partir de 2016, consideram-se os valores constantes dos Termos Aditivos. Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria 2017-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2017-2019.

4 IDSM realiza captação externa de recursos oriundos do turismo de base comunitária (Pousada Uacari), aluguéis, consultorias, venda de produtos nas lojas Mamirauá, crowdfunding, dentre outros, o que possibilita a gestão de recursos próprios. O fomento público, contudo, tem sido fundamental para o alcance e a sustentabilidade de suas ações e para o amadurecimento institucional, que culminaram com o reconhecimento da sociedade beneficiária e científica nacional e internacional

O gráfico 2 mostra a correlação entre os valores estimados no planejamento plurianual do CG, o orçamento aprovado, consignado nos termos aditivos, e os valores efetivamente repassados ao IDSM, entre os anos de 2011 e 2019. A partir de 2016, em virtude das sucessivas prorrogações, só constam os valores consignados nos termos aditivos e os valores repassados.

Note-se que os valores efetivamente repassados pelo órgão supervisor, nos anos de 2011, 2012, 2014 e 2015, mantiveram-se abaixo dos valores pactuados no contrato de gestão. O valor a maior de 2013 deve-se à reprogramação dos recursos de exercícios anterior-

### 3.1.2.1 CAPTAÇÃO EXTERNA DE RECURSOS

As fontes dos recursos captados pelo IDSM podem ser agrupadas em três contas: 1) recursos provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas; 2) recursos próprios oriundos do turismo de base comunitária (Pousada Uacari), de alugueis, de consultorias, da venda de produtos nas lojas Mamirauá, crowdfunding, entre outros; e 3) recursos das demais fontes (convênios com outros órgãos e entidades da administração pública, prestação de serviços, prêmios e parcerias estratégicas), conforme detalhamento da Tabela 1: composição da receita e sua evolução (pg 16).

Destacam-se algumas iniciativas

res não repassados, inscritos em restos a pagar. A análise do período indica ser frequente a aprovação de orçamento, consignado nos termos aditivos, com valores inferiores ao previsto no plano de trabalho anexo ao GC. Com exceção dos anos 2011, 2013 e 2014, essa diferença é expressiva, chegando a R\$ 15 milhões, em 2015 (44,7%).

O gráfico mostra, ainda, que, a partir de 2016, há uma relativa diminuição do orçamento aprovado, minimizando a diferença em relação aos valores repassados. As variações mencionadas afetam o planejamento de longo prazo e a capacidade de execução das atividades do Instituto

de gestão financeira arrojadas como o crowdfunding, overhead de projetos e doações (tanto de pessoas físicas como jurídicas), apesar de somente as doações serem perenes durante o ciclo analisado.

No gráfico 3, abaixo, observa-se que o maior volume de recursos é proveniente de fontes externas ao contrato de gestão: 73%, seguidos de 25% oriundos da gestão de recursos próprios e apenas 2% de doações. Note-se que, apesar do baixo peso na composição da receita extra, as doações contabilizam mais de R\$ 1 milhão, inferindo-se que a sociedade civil não só se beneficia das ações do Instituto, mas, também, contribui financeiramente para a geração de valor público.

Gráfico 3: fontes de captação externa de recursos

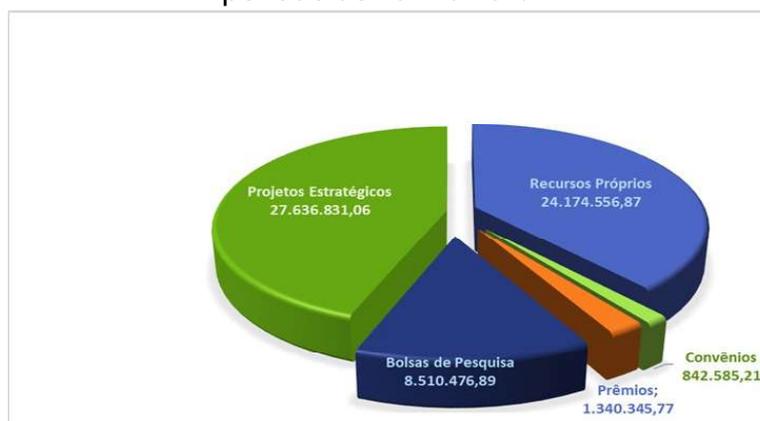


Fonte: Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria 2017-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2017-2019

O gráfico 4, abaixo, apresenta a diversificação das fontes de financiamento das atividades, estratégia utilizada pelo Instituto, para fazer frente às demandas imediatas ante os riscos recorrentes de cortes de recursos do fomento. Note-se

que os maiores volumes de recursos correspondem à classificação de recursos próprios (R\$ 24.174.556,87) e aos projetos estratégicos (R\$ 27.636.831,06), seguidos pela conta-convênios.

Gráfico 4: classificação dos recursos de captação externa por fonte de financiamento, no período de 2011 a 2019

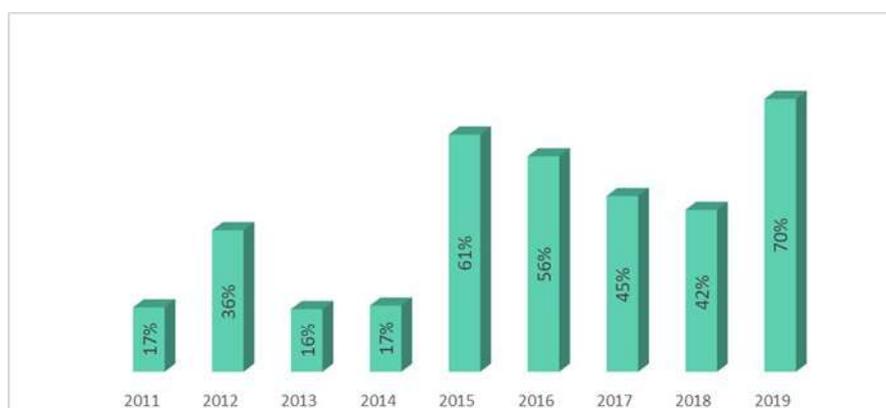


Fonte: Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria 2017-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2017-2019

Ressalta-se que os recursos externos captados pelo IDSM contribuem diretamente para a realização das atividades pactuadas no contrato de gestão, como é o caso das atividades de pesqui-

sa e desenvolvimento de tecnologias. Este aspecto ficará mais evidente no tópico III: "Estrutura da Despesa", quando será apresentado o detalhamento dos gastos do Instituto.

Gráfico 5: alavancagem de recursos externos



Fonte: Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria 2017-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2017-2019

O gráfico 5 apresenta o histórico da alavancagem de recursos externos pelo IDSM, no período de 2011 a 2019. Essa está associada à capacidade da organização de captar recursos externos e, à medida que diversifica suas fontes de recursos, minimiza os riscos de insolvência, aumentando suas chances de sustentabilidade. Observa-se que, nos anos de 2015, 2017 e 2019, a captação de recursos externos foi expressiva, com alavancagem na ordem de 60%, 66% e 64%, respectivamente, em relação aos valores repassados pela União.

A tabela 1, a seguir, apresenta os dados relativos à Reserva Técnica-Financeira (RTF) do IDSM. A RTF é composta

por parte dos saldos remanescentes ao final de cada ano-exercício, sendo o restante aplicado na manutenção das atividades iniciadas no ano anterior.

Em 2017, foram destinados R\$ 9.894.714,98 para a reserva técnico-financeira e R\$ 4.138.869,53 para a continuidade das atividades já iniciadas e, ainda, R\$ 1.770.363,31, para despesas provisionadas.

Durante o período analisado, os recursos para a composição de Reserva Técnica-Financeira originaram-se das reprogramações financeiras ao final de cada ano-exercício. Vide os dados constantes da tabela 1, abaixo:

Tabela 1: Reserva Técnico-Financeira, no período de 2011 a 2019

Ano Exercício	Termo Aditivo	Valor Aprovado (Termos Aditivos)	Valor Contabilizado (Demonstrativos contábeis)
2011	3º Termo Aditivo	2.147.108,51	4.638.034,78
2012	5º Termo Aditivo	887.755,78	8.822.498,65
2013	7º Termo Aditivo	3.098.100	10.311.507,80
2014	10º Termo Aditivo	4.610.000	7.518.379,03
2015	12º Termo Aditivo	5.520.000	1.921.601,19
2016	15º Termo Aditivo	1.613.000	9.593.689,79
2017	18º Termo Aditivo	7.301.696,04	15.677.749,67
2018	21º Termo Aditivo	9.989.893,14	19.384.357,00

Fonte: Termos Aditivos ao Contrato de Gestão.

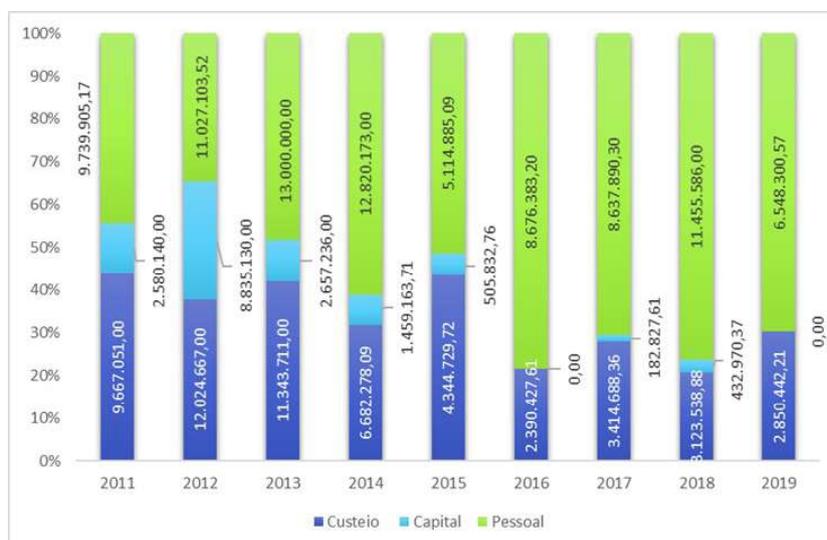
### 3.2. ESTRUTURA DA DESPESA

Registra-se que os recursos do fomento, nos termos da Lei nº 9.637/1998, são alocados pelo setor público, com base no planejamento plurianual do contrato de gestão, para cumprimento do plano de trabalho, e transferidos sem

restrição para execução de valores de custeio ou de capital.

O gráfico 6, abaixo, apresenta dados das despesas efetuadas pelo IDSM, no período 2013 a 2019

Gráfico 6: evolução das despesas de custeio, capital e pessoal do IDSM

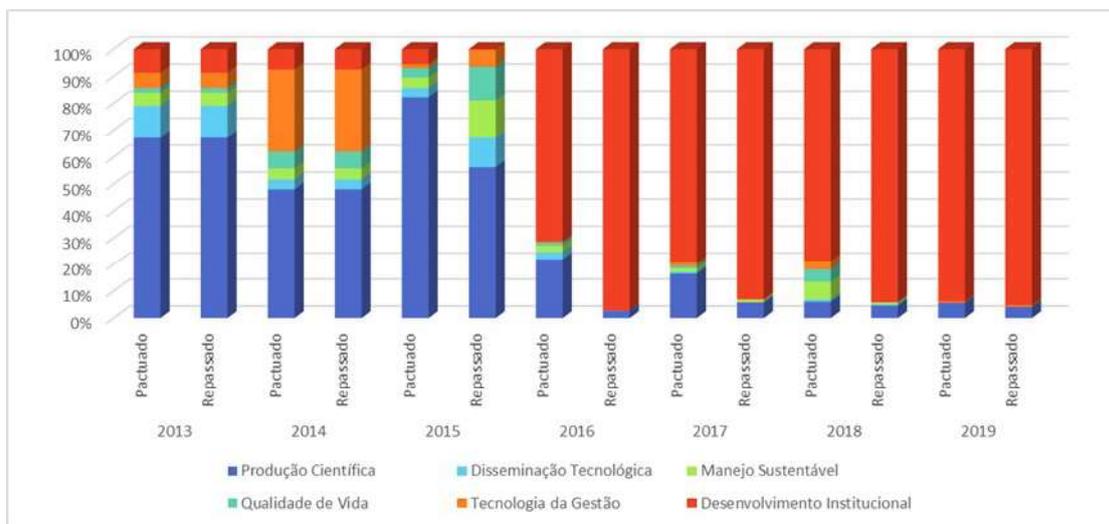


Fonte: Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria Independente 2010-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2010-2019

A queda sustentada no volume de recursos do fomento, a partir de 2015, fez com que as despesas de pessoal crescessem em relação às demais categorias de despesa, inviabilizando o

investimento. A paralisação das atividades e o comprometimento da missão do IDSM foi evitada mediante a utilização de recursos de captação externa.

Gráfico 7: despesas de custeio por macroprocesso (2013-2019)

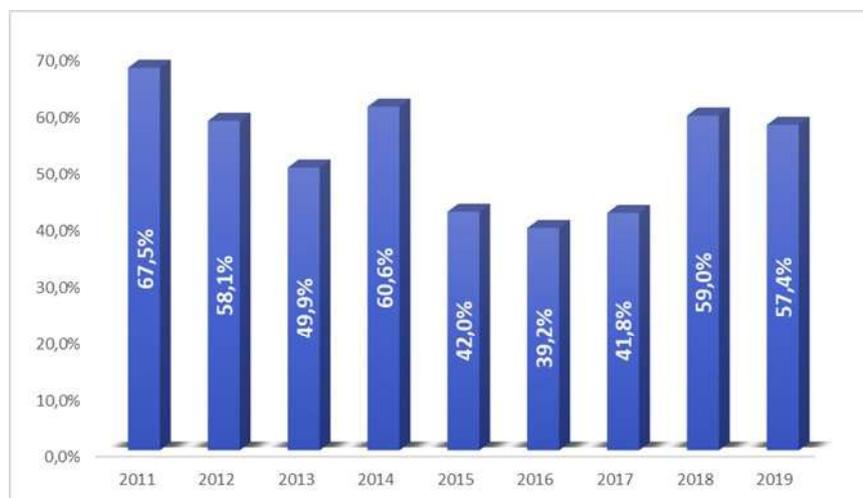


Fonte: Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria Independente 2010-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2010-2019

O gráfico 7 mostra o percentual de gastos com custeio por macroprocesso. Dentre os seis macroprocessos geridos pelo Instituto, no período analisado, a produção científica foi responsável pelo maior volume de gastos com custeio até 2015. A partir de 2016, contudo, o macroprocesso desenvolvimento institucional passou a concentrar as despesas

de custeio. A mudança é significativa e decorre da decisão de utilizar recursos de fontes externas, alocados ao macroprocesso desenvolvimento institucional, para manutenção dos projetos de pesquisa, em andamento no IDSM. Por outro lado, os investimentos foram fortemente afetados chegando a 0, a partir de 2018.

Gráfico 8: evolução percentual das despesas com pessoal em relação aos recursos do contrato de gestão (fomento)- 2013 a 2019



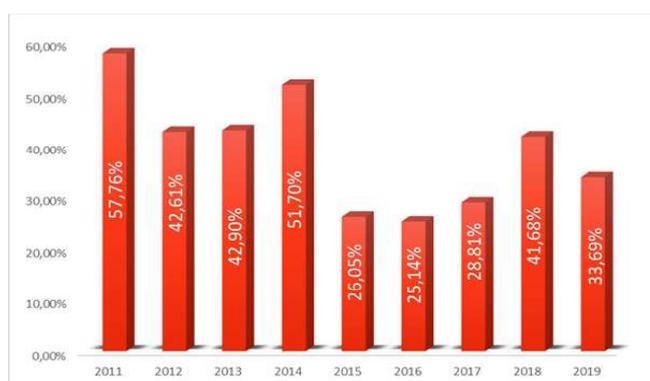
Fonte: Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria Independente 2010-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2010-2019.

O gráfico 8 apresenta o histórico da despesa com pessoal, realizada no período de 2013 a 2019, mostrando a correlação entre gastos com pessoal e valores repassados pela União, no âmbito do contrato de gestão. Entre 2016 e 2018, observa-se um incremento nas despesas de pessoal, reflexo da queda no volume de recursos do fomento. Note-se que, à medida que diminui o valor repassado pela União, cresce, proporcio-

nalmente, o percentual do gasto com pessoal.

Diante da queda acentuada nos valores do fomento, o financiamento de pessoal foi complementado com recursos de fontes externas, com vistas à formação e manutenção de equipes profissionais (core competence) essenciais ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa.

Gráfico 9: gastos com pessoal, em relação à soma dos recursos do fomento e de fontes externas

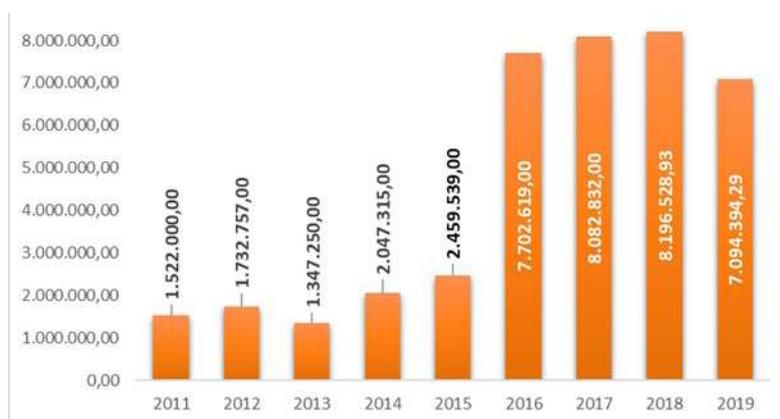


Fonte: Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria Independente 2010-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2010-2019

O gráfico 9 apresenta o percentual de gastos de pessoal, em relação à soma do fomento e dos recursos captados de fontes externas. Considerando-se as duas fontes de recursos, as despesas com pessoal mantêm-se abaixo de 50%, com exceção do ano de 2014, em que atingiu o pico de 51%. Nota-se que o crescimen-

to dos gastos com pessoal não reflete, necessariamente, o crescimento do quadro de profissionais do Instituto. Os relatórios de gestão dos exercícios de 2015 e 2019 fazem referência à diminuição do quadro de profissionais decorrente dos cortes no orçamento.

Gráfico 10: evolução do patrimônio social do IDSM de recursos repassados no âmbito do contrato de gestão - fomento (2011 a 2019)



Fonte: Relatórios de Auditoria Independente 2010-2019 e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2010-2019.

O gráfico 10 apresenta a evolução do patrimônio social do IDSM, no período de 2011 a 2019. A sua composição tem relação direta com o resultado do exercício financeiro, estando diretamente associada ao superávit ou ao déficit alcançado. Nesse sentido, tem relação com os repasses de recursos no âmbito do CG. Observa-se um crescimento do

patrimônio social da entidade da ordem de R\$ 5 milhões, aproximadamente, entre 2015 e 2016, decorrente do aumento considerável na captação de recursos externos. Desde 2016, o patrimônio social mantém superávits na casa do milhar, sendo que, em 2019, houve um déficit de mais de R\$ 1 milhão de reais.

## 4. DESEMPENHO DO IDSM

O desempenho organizacional é avaliado tendo-se como referência o alinhamento entre os objetivos estratégicos do contrato de gestão e o Quadro de Metas e Indicadores (QIM), abaixo apresentados:

» Desenvolver conhecimento científico e tecnológico dos domínios da conservação da biodiversidade amazônica;

» Promover modelos para a gestão e proteção da biodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã;

» Facilitar processos que resultem na melhoria da qualidade de vida da população das reservas;

» Promover condições para disseminação desses objetivos, no Bioma Amazônia, usando como exemplo os experimentos-piloto desenvolvidos e explorando seu efeito demonstrativo;

» Promover o desenvolvimento institucional da OS.

As tabelas 2 e 2.1, abaixo, sintetizam o desempenho do IDSM, no período de 2011 a 2019, permitindo cotejar metas pactuadas e resultados alcançados

Tabela 2: desempenho do IDSM de 2011 a 2015

Indicador	2011		2012		2013		2014		2015	
	Meta	Realizado								
1. Índice Geral de Publicação (IGPub) ou produtos científicos por ano.	0,75	1,17	0,80	0,93	0,85	1,78	0,9	1	0,95	1,1
2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano	0,6	0,6	0,64	0,68	0,66	1,7	0,8	0,8	0,8	1,0
3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano	0,65	0,69	0,68	0,76	0,70	1,09	0,75	0,86	0,86	1,1

Indicador	2011		2012		2013		2014		2015	
4. Índice de Publicações não indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	2,5	2,0	3,0	2,78	3,5	3,66	4,0	3,02	3,0	2,5
5. Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano	6	6	6	6	6	5	6	3	5	5
6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano	4	4	5	5	6	6	7	7	4	1
7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb)	4	4	5	5	6	6	7	6	7	7
8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário	Abaixo de 360	303,91	Abaixo de 350	-	Abaixo de 340	758,2	Abaixo de 340	677,5	Abaixo de 340	196,3
9. Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)	-	-	-	-	3	3	4	3	4	3

Indicador	2011		2012		2013		2014		2015	
10. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP)	Acim a de 0,70	0,75	Acim a de 0,70	0,78	Acim a de 0,70	0,82	Acim a de 0,70	0,85	Acim a de 0,70	0,82
11. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos Recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM)	0,32	0,32	0,33	0,33	0,34	0,34	0,35	0,35	0,35	0,35
12. Índice de Comunidade Beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores	0,082	0,082	0,109	0,109	0,137	0,137	0,144	0,151	0,164	0,151
13. Índice de participação de lideranças capacitadas pelo IDSM (IPLC).	0,30	0,32	0,35	0,25	0,40	0,24	0,45	0,45	0,45	0,33
14. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).	0,8	0,8	0,87	0,87	0,93	0,93	0,95	1	1,0	1,0
15. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG).	Acim a de 0,3	0,16	Acim a de 0,3	0,29	Acim a de 0,3	0,16	Acim a de 0,3	0,19	Acim a de 0,3	0,61

Indicador	2011		2012		2013		2014		2015	
16. Taxa de Atraso dos Pagamentos (TAP) do IDSM ao Ano.	-	-	-	-	-	-	-	-	<0,05%	1,32%
17. Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do IDSM ao Ano (PFAA).	-	-	-	-	-	-	-	-	<20%	13,77%

Tabela 2.1: desempenho do IDSM, de 2016 a 2019

Indicador	2016		2017		2018		2019	
	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado
1. Índice Geral de Publicações (IGPub)	1,00	1,02	1,05	1,22	1,10	1,12	1,15	1,22
2. Índice de Publicações Indexadas nos Extratos B2 e Superiores (IPuB2+)	0,28	0,47	0,29	0,88	0,30	0,77	0,31	0,77
3. Número Cumulativo das Redes Temáticas (NCRT) Formalizadas no EVA	2	2	3	2	3	3	4	4
4. Número de Eventos de Disseminação das Experiências e Melhores Práticas do IDSM (EDEMP)	3	0	3	3	3	3	3	4
5. Percentual de Permanência das Turmas de Alunos (PPTA) do CVT	>80%	-	>80%	96%	>85%	85%	>85%	100%
6. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem Elaboradas para Diferentes Contextos de Manejo Sustentável de Recursos Naturais (NCRAb).	8	7	8	7	9	8	9	8

7. Número Cumulativo de Cartilhas Sobre Uso Sustentável de Recursos Naturais Publicadas e Aplicadas (NCCPA)	5	4	5	4	6	6	6	6
8. Índice de Pirarucus Manejados com Assessoramento do IDSM com Tamanho Superior ao Limite Ideal de Abate (ITP)	>0,70	0,74	>0,70	0,74	>0,70	0,72	>0,70	0,82
9. Número de Tipos de Manejo de Recursos Naturais com Assessoramento do IDSM (NRNM)	6	5	6	5	6	6	7	6
10. Número Cumulativo de Tecnologias Sociais Experimentadas pelo IDSM ao Ano, voltadas ao Incremento da Qualidade de Vida (TSEQV) de Comunidades Rurais da Amazônia	2	1	3	2	3	2	4	2
11. Índice de Participação de Lideranças Capacitadas pelo IDSM (IPLC)	>0,45	0,54	>0,45	0,49	>0,45	0,57	>0,45	0,61
12. Alavancagem Mínima de Recursos para Custeio Fora do Contrato de Gestão no IDSM (AMRCFCG)	>0,3	1,25	>0,3	0,85	>0,3	1,47	>0,3	-5,15
13. Repercussão das Ações de Comunicação do IDSM ao Ano (RAC)	1.600	4.486	1.620	8.792	.640	6.781	1.660	9.384
14. Proporção de Funcionários da Área Administrativa no Total da Equipe do IDSM ao Ano (PFAA)	<20%	16,60%	<20%	15,58%	<20%	15,69%	<20%	16,31%

Fonte: Relatório Anual de Gestão de 2020.

A análise dos dados das tabelas 2 no médio do IDSM equivalente a e 2.1, acima, mostra um desempenho de 133%, no período de 2011 a 2019.

Gráfico 11: correlação entre desempenho e recursos



Fonte: Relatórios de Gestão 2010-2019, Relatórios de Auditoria Independente 2010-2019, Contrato de Gestão, seus Termos Aditivos e Demonstrações Contábeis e Financeiras 2010-2019.

A análise do gráfico 11 indica que o desempenho do IDSM é fortemente associado ao ingresso de recursos de fontes externas ao contrato de gestão. Desse modo, a avaliação do desempenho da organização deve levar em conta a análise

de outros fatores, dentre os quais: o envolvimento da comunidade na economia local, maturidade e credibilidade da entidade, bem como a flexibilidade do modelo OS para gerir o contrato de gestão, em ambientes de incerteza.

## 4.1 RESUMOS DE ENTREGAS NO PERÍODO

### 4.1.1 PROJETO BIOREC

Projeto Mamirauá: conservação e uso sustentável da biodiversidade (Bio - de biodiversidade - e REC - de redução das emissões de carbono), em Unidades de Conservação, com financiamento do Fundo Amazônia, com início em 2013 e duração de cinco anos. Objetivos:

- » Beneficiar mais de 13 mil pessoas em cinco anos.
- » Capacitar e assessorar multiplicadores agroflorestais.
- » Capacitar professores das comunidades ribeirinhas, em parceria

com Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente, promovendo uma interação eficiente entre escolas e comunidades.

- » Implantar sistemas de energia solar, para apoiar o resfriamento e armazenamento de polpas de frutas, realizar inventário e monitoramento de espécies florestais, recompor áreas degradadas com espécies nativas, além da experimentação do processo de produção familiar, beneficiamento e comercialização de óleos vegetais.
- » Capacitar agentes voluntários.

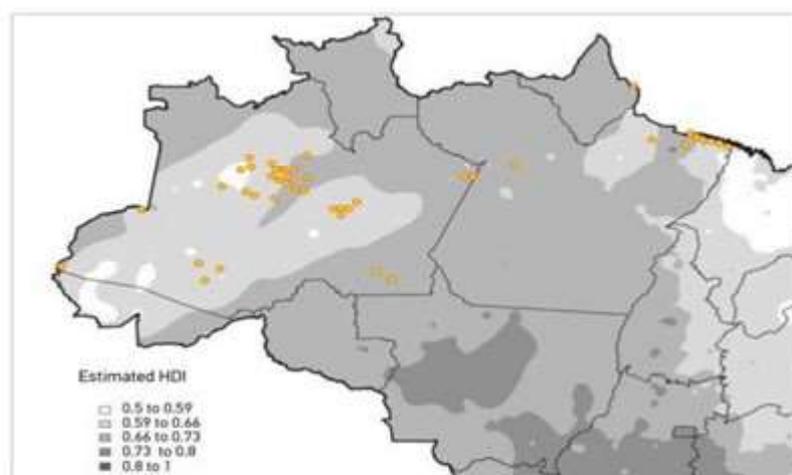
#### 4.1.2 FLORESTA DE VÁRZEA

Projeto de investigação de longo prazo, que tem como foco principal aspectos da ecologia das florestas de Várzea, que acompanha a calha principal da Bacia Amazônica, o Solimões-Amazonas. O projeto concluiu sua segunda fase chamada “modelagem dos efeitos do regime de alagamento e da ação antrópica sobre a vegetação das florestas de Várzea da calha do Solimões-Amazonas”. O monitoramento das atividades é feito por meio dos seguintes indicadores:

- » Ambiente físico: nível das águas; dados do clima; águas da região do médio Solimões.
- » Biodiversidade: biodiversidade aquática; biodiversidade terrestre.
- » Sociais: saúde e nutrição; demográfico; socioeconômico; mercado local.
- » Uso dos recursos naturais: florestal; uso da fauna; pescado; ações de fiscalização, e controle e invasões.

#### 4.1.3 PROJETOS PESQUISA E EXTENSÃO

Mapa 1: distribuição dos projetos de pesquisa e extensão do IDSM (2017-2018) versus Índice de Desenvolvimento Humano na Amazônia Brasileira.



Fonte: Figura 9. Distribuição dos projetos de pesquisa e extensão do IDSM entre 2017 – 2018, sobre mapa de Índice de desenvolvimento Humano na Amazônia Brasileira (Mapa adaptado de: Rodrigues-Júnior, Antonio Luiz, Ruffino- Netto, Antonio, & Castilho, Euclides Ayres de. (2014). Spatial distribution of the human development index, HIV infection and AIDS-Tuberculosis comorbidity: Brazil, 1982 - 2007. Revista Brasileira de Epidemiologia, 17 (Suppl. 2), 204-215. Página 57 do Relatório de Avaliação do Ciclo do CG (2010 2019).



#### 4.1.4 PROJETO TECNOLOGIAS SOCIAIS

As tecnologias sociais são instaladas com a interação da população local e promovem a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das famílias, que dispõem de acesso limitado aos serviços públicos. Soluções voltadas para os problemas sociais dessa população rural, com o intuito de criar modelos que tenham efeitos demonstrativos às demais comunidades rurais da Amazônia.

» Campo de futebol: em parceria com a Phillips, o Instituto IDEEAS instalou postes com lâmpadas LED, nos campos de futebol.

» Cevaciclo: tecnologia social desenvolvida com o objetivo de criar alternativas às famílias, no processamento da mandioca, para a produção de farinha.

» Energia solar para escola e laboratório: módulo solar que fornece energia elétrica às famílias que não têm acesso à energia elétrica.

» Fogão e forno ecológicos: são inovações tecnológicas implementadas a partir de 2007, para beneficiar as unidades domésticas nas áreas de Várzea e terra firme das Reservas Mamirauá e Amanã.

» Máquina de gelo solar: tecnologia inovadora para conservar alimentos, em comunidades isoladas da

Amazônia.

» Sanitários seco e hídrico adaptados às áreas alagáveis: fazem parte de uma pesquisa que avalia seu uso e eficiência, na redução do potencial de contaminação das fezes.

» Sistema seguidor: primeiro sistema fotovoltaico conectado à rede, com seguimento solar, na Região Norte.

» Sistemas de abastecimento de água: sistema eficaz de bombeamento e abastecimento de água, movido à energia solar fotovoltaica.

» Sistemas fotovoltaicos domiciliares: modelo que pode ser utilizado em sistemas isolados de geração de energia.

» Unidades de tratamento de esgoto para residências flutuantes: tecnologia social, implementada em 2010, que criou um dispositivo para que os impactos pelo esgoto, no ambiente, fossem minimizados. O objetivo é tentar eliminar as vias de transmissão de doenças de veiculação hídrica, ou seja, reduzir a contaminação de patógenos na água.

» Visibilidade: atividades de comunicação voltadas à divulgação externa, com o objetivo de fortalecer a marca Mamirauá e de seus financiadores.

#### 4.1.5 PPROGRAMA QUALIDADE DE VIDA

O propósito do Programa de Qualidade de Vida é contribuir com a melhoria das condições de vida de moradores de áreas rurais da Amazônia, tendo como público-alvo os próprios moradores e as instituições públicas ou privadas, que atuam neste tema. As ações são realizadas, principalmente, nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, e se expandem para outros locais da Amazônia, por meio de projetos, parcerias e do treinamento de multiplicadores.

» Implementação de projetos visando à qualidade de vida em áreas protegidas, principalmente em regiões alagáveis.

» Sensibilização de moradores, lideranças, instituições públicas e privadas e a população em geral, sobre temas como saneamento, energia, saú-

de e educação em áreas rurais e suas correlações, com o manejo sustentável e participativo da biodiversidade.

» Contribuir com o desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais voltadas para melhoria de estruturas domiciliares e comunitárias, visando melhoria de conforto, bem-estar, boas-práticas, higiene e geração de renda, no desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

» Promover capacitações de moradores, lideranças e membros de instituições, em temas de interesse do Programa.

» Fortalecer parcerias com instituições governamentais e não governamentais, para elaboração de políticas públicas, para localidades rurais e áreas protegidas.

#### 4.1.2.1 FATORES FAVORÁVEIS AO ALCANCE E/OU À SUPERAÇÃO DAS METAS NO PERÍODO ANALISADO

» Captação de recursos externos, o que permite o desenvolvimento dos projetos institucionais.

» Desenvolvimento de conhecimento científico.

» Facilitação de processos que resultem na melhoria da qualidade de vida da população das reservas.

» Busca de soluções para os grandes desafios sociais, ambientais e econômicos da região.

» Objetivos estratégicos alinhados à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) - de 2016 a 2022.

» Avanços na infraestrutura do IDSM, de 2010 a 2014, com investimento extra no CG.

» Entre 2010 e 2015, marcou sua posição como instituição científica de intensa atuação na Amazônia, e atendeu à comunidade científica com a produção qualitativa e quantitativa.

» Criação do Centro de Estudos da Várzea Amazônica (CEVA), em 2012.

» Criação do Centro Vocacional Tecnológico (CVT), concebido para capacitar multiplicadores, com o tema central em governança e gestão de empreendimentos sustentáveis comunitários.

» Avanço da infraestrutura institucional.

#### 4.1.2.2 FATORES DESFAVORÁVEIS À EXECUÇÃO DO CG NO PERÍODO ANALISADO

» Redução do número de pesquisadores.

» Atividades suspensas, principalmente as de campo, diminuindo o nível e a intensidade das ações.

» Redução de recursos humanos da ordem de 23%, entre 2014 e 2016.

» Ausência de um novo contrato de gestão, o que impossibilitou o planejamento orçamentário do Instituto.

» Diminuição de recursos oriundos do CG, afetando a atividade científica do IDSM.

» Diminuição da participação de pesquisadores em eventos nacionais e internacionais.

» Redução substancial dos recursos transferidos pelo MCTIC para o IDSM, gerando forte descontinuidade das atividades, e gerando desestabilização institucional considerável.

## 5. GOVERNANÇA, AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

O ISDM é uma entidade autônoma, cuja estrutura organizacional é regulada por seu Estatuto. O art. 14 estabelece como órgãos: I - o Conselho de Administração; e II - a Diretoria. Foram criados, posteriormente, o Conselho Técnico Científico e o Comitê de Gestão de Projetos, subordinados ao Conselho de Administração.

A organização interna e a gestão do Instituto são definidas no seu Regimento Interno e nos diversos regulamentos sobre organização, recursos humanos, sistemas gerenciais de patrimônio e financeiro, procedimentos de alienação e de contratação de obras, serviços e compras.

A governança básica da OS é regu-

lada pela Lei nº 9.637/1998. O Conselho de Administração é a instância máxima de deliberação das organizações sociais e sua composição obedece à proporcionalidade estabelecida no inciso I do art. 3º, da referida Lei, bem como o disposto no Estatuto Social da entidade. Cabe ressaltar que, dada a diversidade dos temas objeto das ações do IDSM, a estrutura de governança comporta, ainda, um conjunto de atores diferenciados por tema.

O quadro abaixo descreve a composição e representatividade do Conselho de Administração do IDSM e o quadro 2 apresenta o perfil profissional dos seus membros.

Quadro 1: composição e representatividade do poder público e da sociedade civil no conselho de administração

Percentual estabelecido na Lei nº 9.637/1998	Qtd	Representatividade do poder público e da sociedade civil no Conselho de Administração
a) 20% a 40% de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;	3	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Museu Paraense Emilio Goeldi; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.
b) 20 a 30% de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;	3	Sociedade Brasileira para o Programa da Ciência (SBPC); Fundação Vitória Amazônia (FVA); Academia Brasileira de Ciências (ABC).
c) até 10%, no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;	1	Instituto Mamirauá
d) 10 a 30% de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.	3	Embrapa. CNPq; Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas (Fapeam)

Percentual estabelecido na Lei nº 9.637/1998	Qtd	Representatividade do poder público e da sociedade civil no Conselho de Administração
e) Até 10% de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto	1	Instituto Mamirauá
TOTAL	11	

Fonte: Lei nº 9.637/1998; estatuto do Instituto Mamirauá, sitio eletrônico do Instituto Mamirauá <https://www.mamiraua.org.br/equipe>).

Quadro 2: perfil dos membros do Conselho de Administração

Nome	Tipo de representação	Instituição	Formação*	Anos de experiência
Maria Terreza Fernandez Piedade	Poder público	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia	(D)	40
Tatiane Deane de Abreu Sá	Notório Saber	Embrapa	(D)	45
Ana Luiza Mangabeira Alber-naz	Poder público	Museu Paraense Emi-lio Goeldi	(D)	35
Fábio Donato Soares Lorotonda	Poder público	MCTI	(D)	15
Marcelo Marcos Morales	Poder público	CNPq	(D)	20
Ildeu Castro Moreira	Organização da Sociedade Civil	SBPC	(D)	40
Fabiano Lopez da Silva	Organização da Sociedade Civil	Fundação Vitória Amazônia	(M)	15
Marcia Perales Mendes Silva	Poder público	Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Amazonas	(D)	30
Adalberto Luis Val	Organização da Sociedade Civil	ABC	(D)	45
Ana Cláudia Torres Gonçalves	Associados	Instituto Mamirauá	(M)	25
Ana Rita pereira Alves	Associados	instituto Mamirauá	(M)	50

\*Compreende: Graduação (G), Especialização ou MBA (E), mestrado (M) ou doutorado (D).

\*\* Compreende o tempo em atividade profissional, contados de 5 em cinco anos, sendo: 0 (menos de 5 anos completos), 5 (entre 5 e 10 anos completos), 10 (entre 10 e 15 anos completos).

Fonte: Plataforma Lattes ([lattes.cnpq.br](https://lattes.cnpq.br)). Acesso em 13 ago. 2020.

O contrato de gestão é avaliado, semestral e anualmente, por comissão de avaliação independente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, conforme exigência do § 2º, do art. 8º, da Lei nº 9.637/1998. A comissão de avaliação do IDSM é designada por portaria do órgão supervisor, no caso o MCTIC, e a última atualização consta da Portaria MCTIC nº 747/2020, DOU 28/02/2020. Os especialistas (professores-pesquisadores e pós-doutores, com experiência inter-

nacional) são maioria na comissão de avaliação. São selecionados com base na sua trajetória de pesquisa acadêmica e científica. Os representantes do poder público pertencem aos quadros do órgão (ou órgãos) responsável (is) pela política pública, programa ou projeto afim, e do Ministério da gestão e da Inovação em Serviços Públicos, órgão gestor do modelo OS. A seguir, é apresentado o quadro 3, contendo dados sobre o perfil dos membros da Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Quadro 3: Perfil dos membros da Comissão de Avaliação – ISDM

Nome / Titular	Participação	Instituição de origem	Formação	Anos de experiência
xxx	Especialista	UFPA	(D)	25
xxx	Especialista	UFRJ	(D)	30
xxx	Especialista	UFRGS	(D)	40
xxx	Especialista	ICM-USP	(D)	35
xxx	Especialista	USP	(D)	25
xxx	Especialista	UFPE	(D)	40
xxxx	Poder Público	Titular (MEC)	(E)	15
xxx	Poder Público	Titular MGI	(M)	35
xxxxxxx	Poder Público	Titular MGI	(M)	35

\* Compreende: graduação (G), especialização ou MBA (E), mestrado (M) ou doutorado (D).

\*\* Estimativa – dados não disponíveis.

Fonte: Plataforma Lattes ([lattes.cnpq.br](http://lattes.cnpq.br)); <http://cpdoc.fgv.br>; [www.atmosphere-eubrazil.eu](http://www.atmosphere-eubrazil.eu); <http://www.finep.gov.br>; [www.escavador.com](http://www.escavador.com); [www.abcdabc.com.br/abc/noticia/natura-3m-braskem-debaterem-inovacao-metodista-33200](http://www.abcdabc.com.br/abc/noticia/natura-3m-braskem-debaterem-inovacao-metodista-33200); <http://www.megamoveleiros.com.br/3m-e-convidados-discutem-sobre-os-desafios-as-oportunidades-e-os-impactos-da-ciencia-em-2020/>. Acesso em ago. 2021.

## 5.1. EXEMPLOS DE RECOMENDAÇÃO:

Quadro 4: atuação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) - exemplos de recomendação

Indicadores	Relatório de Gestão	Gestão/desenvolvimento Institucional	Monitoramento de dados
Desmembrar o indicador 11 em dois indicadores, um deles considerando artigos científicos publicados em revistas indexadas, capítulos de livros e livros, e o outro considerando os demais trabalhos (resumos de congressos, cartilhas, trabalhos de conclusão de cursos, anais de congressos e relatórios técnicos etc.) (RA-CAA 2002, p. 2).	Alterar a forma de apresentação das informações relativas aos indicadores nºs 7, 15, 16 e 17, de modo a permitir definição e descrição claras das categorias e vínculos de serviços estabelecidos entre os técnicos contabilizados nesses indicadores e o IDSM (e.g., pesquisadores funcionários, pesquisadores associados contínuos, pesquisadores visitantes, colaboradores eventuais, bolsistas, extensionistas, colaboradores das comunidades etc.), de forma a possibilitar aferições qualificadas entre produção científica interna e externa	Explicitar aspectos favoráveis e desfavoráveis ao cumprimento das metas, a partir de 2019 (RA-CAA/2008).	Elaborar e apresentar ao MCTI a proposta de marco legal e normativo para revisão e atualização do Programa Interministerial RNP (Portaria Interministerial MCTI/MEC nº580/99) para redefinição de sistema e parcerias com os setores público e privado. Recomendação mantida (RA/2016).
Técnicas em geral			
Realizar estudos para definição de renda de referência (sinalização) para o manejo do pescado, definida por critérios científicos (contagem) e aspectos relacionados à demanda (melhoria das condições de acesso ao mercado consumidor), buscando a definição de renda para o produtor compatível com a atividade, tornando sustentável a exploração econômica.	Explicitar critérios de seleção de serviços experimentais desenvolvidos pelos GTs transformados em serviços efetivos (RA/2013)		

Fonte: Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2015; Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2012; Relatório Semestral da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2013.

### Ao Órgão Supervisor (MCTI)

» Que o MCTI empregue esforços, no sentido de ter um calendário mais estável, tanto no que se refere à pactuação de termos aditivos ao Contrato celebrado com o IDSM, conforme prevê a Portaria nº 967/201, alterada pela Portaria nº 777/2012, quanto no repasse dos recursos financeiros. (RS – CAA 2014, p.4).

» Que as reuniões de acompanhamento e de avaliação tenham maior tempo de duração, para que a CA possa se aprofundar mais nas tarefas e trabalhos de acompanhamento e avaliação, considerando a importância e a

necessidade de tempo para as visitas a campo nas RDSM e RDSA. (RA-CAA 2012, p.7).

### Ao Órgão Supervisor e ao IDSM

» Reavaliar, em conjunto com o MCTI, os pesos das metas pactuadas, de forma que reflitam as ações prioritárias do Instituto. (RA- CAA 2003, p.2).

» Propor, em conjunto com o MCTI, meta que avalie adequadamente o desempenho do setor de ecoturismo, tendo em vista a crescente importância desta atividade para o Instituto. (RA-CAA 2003, p.3).

A supervisão é realizada pelo órgão da Administração que assina o Contrato de Gestão. Corresponde aos denominados controles primários de gestão, ou seja: aos procedimentos para promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização do Contrato de Gestão, com o fim de resguardar os objetivos da parceria e o cumprimento das responsabilidades dos parceiros. O órgão supervisor é responsável, também, pela constituição de Comissão de Avaliação independente, nos termos do § 2º, do

art. 8º da Lei nº 9.637/1998. O trabalho da CAA é de suporte ao órgão supervisor, gerando subsídios para as decisões do Conselho de Administração. O órgão supervisor é periodicamente auditado pela Controladoria Geral da União, responsável pelo controle interno da Administração Pública. A Organização Social, entidade privada, submete-se, ainda, à fiscalização do Tribunal de Contas da União, conforme dispõe o artigo 70 da Constituição Federal e o art. 9º, da Lei nº 9.637/1998.

## 5.2. ESTRUTURA DE SUPERVISÃO

- MCTI - Decreto nº 9.677/2019.
- Subsecretaria de Unidades Vinculadas/SUV
- FCPE 101-4
- FCPE 101-3

### 5.3. FISCALIZAÇÃO

- Portaria CGU nº 133/2013
- Acórdão TCU nº 3304/2014
- Relatório TCU nº 201601033/Exercício 2015
- Relatório CGU nº 175010/2015
- Ofício Circular N ° 15/SCUP-MCTI

## 6. TRANSPARÊNCIA

A Lei nº 12.527/2011, chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), dispõe, no art. 2º, seu alcance, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento, ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. Essas entidades devem propiciar a chamada transparência ativa, que consiste na divulgação rotineira e por iniciativa própria de informações de interesse público.

Essa divulgação deve ser feita ao menos nos sítios oficiais da internet e pode, também, ocorrer por todos os outros meios legítimos disponíveis. As

informações mínimas, que devem ser divulgadas nessa “forma espontânea”, estão elencadas no § 1º, do art. 8º, da LAI, e, particularmente, no caso da OS, nos arts. 63 e 64, do Decreto nº 7.724/2012.

No que tange à transparência passiva, os pedidos de acesso à informação, referentes aos ajustes firmados pelas entidades privadas sem fins lucrativos receptoras de recursos públicos de fomento, como é o caso do IDSM, são dirigidos aos órgãos e entidades públicos responsáveis pelo repasse, no caso o órgão supervisor, o qual é responsável pelas respectivas respostas, interagindo, conforme seja necessário, com a OS. Em atendimento à legislação citada, o IDSM disponibiliza em seu portal:

Tabela 3: em atendimento à legislação, a RNP disponibiliza em seu portal:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.	Transparência ativa em conformidade com a Lei
§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:	
I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;	Disponível em: <a href="https://www.mamiraua.org.br/o-instituto">https://www.mamiraua.org.br/o-instituto</a> ; <a href="https://www.mamiraua.org.br/equipe">https://www.mamiraua.org.br/equipe</a>

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.	Transparência ativa em conformidade com a Lei
II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;	Demonstrativo financeiro resumido e distribuição dos recursos financeiros obtidos, por fonte ou origem, nos Relatórios Anuais de Gestão, disponíveis em: <a href="https://www.mamiraua.org.br/aceso-a-informacao">https://www.mamiraua.org.br/aceso-a-informacao</a>
III - registros das despesas; e	Demonstrativo financeiro nos Relatórios Anuais de Gestão, disponíveis em: <a href="https://www.mamiraua.org.br/aceso-a-informacao">https://www.mamiraua.org.br/aceso-a-informacao</a>
V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;	Demonstrativo financeiro nos Relatórios Anuais de Gestão, disponíveis em: <a href="https://www.mamiraua.org.br/aceso-a-informacao">https://www.mamiraua.org.br/aceso-a-informacao</a>

Fonte: Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2015; Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2012; Relatório Semestral da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2013.

Tabela 4: em atendimento ao Decreto nº 7.724/2012

Art. 63. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:	
I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;	Disponível em: <a href="https://www.mamiraua.org.br/downloads/">https://www.mamiraua.org.br/downloads/</a>
II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e	Disponível em: <a href="https://www.mamiraua.org.br/equipe">https://www.mamiraua.org.br/equipe</a>
III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo federal, aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.	Contratos de gestão e aditivos, desde 2010, disponíveis em: <a href="https://www.mamiraua.org.br/contrato-de-gestao">https://www.mamiraua.org.br/contrato-de-gestao</a> ; Relatórios de gestão, desde 2001, disponíveis em: <a href="https://www.mamiraua.org.br/relatorio-de-gestao">https://www.mamiraua.org.br/relatorio-de-gestao</a>

Fonte: Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2015; Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2012; Relatório Semestral da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2013.

### **NOTA**

*O Boletim das Organizações Sociais do Governo Federal é uma publicação do Departamento de Modelos Organizacionais (DEMOR), da Secretaria de Gestão e Inovação, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, elaborada com o propósito de divulgar a experiência e os resultados das parcerias sociais reguladas pela Lei nº 9.637/1998.*

**MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

